



Cliente: ACOMPAR - Ação Comunitária Paroquial

Assunto: Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019.



1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores
ACOMPAN – Ação Comunitária Participativa
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ACOMPAN – Ação Comunitária Participativa, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ACOMPAN – Ação Comunitária Participativa, em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva

No exercício de 2012 a entidade contratou empresa especializada para inventário patrimonial, análise da vida útil econômica remanescente e determinação do custo atribuído dos bens móveis, integrantes do ativo imobilizado, porém continuou depreciando o ativo imobilizado utilizando as taxas sugeridas pelas autoridades fiscais, não atendendo assim os Pronunciamentos Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e pela interpretação ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e a Propriedade para Investimentos dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, também não possuindo controle sistêmico individualizado sobre seus bens. Os valores dos itens do imobilizado são relevantes no contexto geral das demonstrações financeiras, não nos foi possível estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado e do patrimônio social, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da ACOMPAN – Ação Comunitária Participativa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2019, foi auditada por nós auditores independentes, com relatório emitido em 17 de setembro de 2019, com ressalva também quanto imobilizado.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidade de lucro, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 12 de junho de 2020.

Davi & Corrêa Auditores Independentes S/S

CRC - RS 3.797

Pedro Osório Correa

Contador CRC - RS 42.462/O



2 – Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2019

2.1 – Balanço Patrimonial

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício

2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa

2.5 – Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2019



ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001

Demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019

2.1 – Balanço Patrimonial
(VALORES EM REAIS)

ATIVO	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		1.781.896,00	1.353.203,89
DISPONIVEL	3	1.706.553,11	1.178.826,88
CAIXA E BANCOS		30.401,21	19.225,41
APLICAÇÕES		1.676.151,90	1.159.601,47
CRÉDITOS	3	73.729,19	173.002,28
DEVEDORES DIVERSOS		0,00	8.357,01
ADIANTAMENTO DE EMPREGADOS		40.855,26	53.311,71
ADIANTAMENTO DE FORNECEDORES		0,00	30.260,60
IMPOSTOS A RECUPERAR		13.323,94	13.531,22
CONVÊNIOS A RECEBER		19.549,99	67.541,74
DESPESAS APROPRIAR		1.613,70	1.374,73
DESPESAS APROPRIAR		1.613,70	1.374,73
NÃO CIRCULANTE		1.248.940,94	1.225.654,80
INVESTIMENTOS		0,00	1.817,63
IMOBILIZADO	4	1.248.940,94	1.223.837,17
IMOBILIZADO		1.583.094,73	1.504.072,62
(-) DEPRECIACÕES ACUMULADAS		(334.153,79)	(280.235,45)
TOTAL DO ATIVO		3.030.836,94	2.578.858,69



ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001

Demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019

2.1 – Balanço Patrimonial
(VALORES EM REAIS)

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		1.695.464,02	1.083.018,13
FORNECEDORES	5	14.530,29	25.463,46
OBRIGAÇÕES SOC. E TRIB. A RECOLHER	5	53.556,93	46.256,65
OBRIGAÇÕES TRAB. A RECOLHER	5	786.054,56	809.394,71
CREDORES DIVERSOS	5	3.168,62	113,62
CONVÊNIOS A REALIZAR	5	838.153,62	201.789,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.335.372,92	1.495.840,56
PATRIMÔNIO SOCIAL	6	1.455.010,37	1.077.088,12
RESERVAS PATRIMONIAIS	6	0,00	22.735,01
SUPERAVIT/DEFICIT DE EXERCÍCIO	8	(119.637,45)	396.017,43
TOTAL DO PASSIVO		3.030.836,94	2.578.858,69



ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001

Demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019

2.2 – Demonstração do Resultado do Exercício
(VALORES EM REAIS)

	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS ATIVIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL	7		
RECEITAS OPERACIONAIS		2.030.820,69	2.440.465,52
RECEITA PODER PÚBLICO MUNICIPAL		1.108.325,12	1.294.361,17
RECEITA DE PARTICULARES		564.744,43	719.836,02
PROMOÇÕES		10.937,51	5.798,78
CONVÊNIOS C/ALIMENTAÇÃO		22.737,46	25.009,56
OUTRAS RECEITAS		0,00	38.966,86
ISENÇÕES FISCAIS	10	324.076,18	356.493,13
DESPESAS OPERACIONAIS		(1.989.783,24)	(2.723.339,91)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(291.474,64)	(482.499,51)
DESPESAS C/PESSOAL		(1.707.778,80)	(2.216.227,92)
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		9.470,20	(23.858,48)
DESPESAS TRIBUTARIAS		0,00	(754,00)
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATIVIDADE DE ASS. SOCIAL		41.037,45	(282.874,39)
RECEITAS ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
RECEITAS OPERACIONAIS	7	2.632.661,15	2.674.036,16
RECEITA PODER PÚBLICO MUNICIPAL		1.912.492,99	1.994.350,87
RECEITA DE PARTICULARES		0,00	9.838,44
CONTRIBUIÇÕES		204.401,29	238.685,28
PROMOÇÕES		16.406,26	13.530,48
CONVÊNIOS C/ALIMENTAÇÃO		13.246,35	58.355,65
ISENÇÕES FISCAIS		486.114,26	359.275,45
DESPESAS OPERACIONAIS	10	(2.793.336,06)	(1.995.144,34)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(489.932,02)	(305.796,49)
DESPESAS C/PESSOAL		(2.324.332,62)	(1.695.443,45)
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS		20.928,58	6.095,60
DÉFICIT/SUPERÁVIT ATIVIDADE DE EDUC. INFANTIL		(160.674,90)	678.891,82
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	8	(119.637,45)	396.017,43

**ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001****Demonstrações Financeiras Levantadas em 31 de dezembro de 2019****2.3 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(VALORES EM REAIS)**

Mutações/Contas	Patrimonio Social	Reservas Patrimoniais	Superávit/déficit do exercício	Total
Saldo em 31/12/2017	969.297,38	22.735,01	107.790,74	1.099.823,13
Transferência para Patrimônio Social	107.790,74	0,00	(107.790,74)	0,00
Superavit do exercício	0,00	0,00	396.017,43	396.017,43
				0,00
Saldo em 31/12/2018	1.077.088,12	22.735,01	396.017,43	1.495.840,56
Transferência para Patrimônio Social	396.017,43	0,00	(396.017,43)	0,00
Transferência saldo Superávit Acumulado	21.736,58	(21.736,58)	0,00	0,00
Transferência saldo Ajuste de Avaliações Patrimoniais	548,43	(548,43)	0,00	0,00
Transferência saldo Reserva de Doações e Subvenções	450,00	(450,00)	0,00	0,00
Ajuste de exercícios anteriores	(40.830,19)	0,00	0,00	(40.830,19)
Superavit do exercício	0,00	0,00	(119.637,45)	(119.637,45)
Saldo em 31/12/2019	1.455.010,37	(0,00)	(119.637,45)	1.335.372,92



ACOMPAR - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001

Demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019

2.4 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
(VALORES EM REAIS)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais	604.930,71	393.502,84
Resultado do exercício	(119.637,45)	396.017,43
Ajustes por:		
Depreciação/Amortização	53.918,34	51.773,57
Aumento/Redução de Outros Créditos	99.034,12	34.371,87
Aumento das Obrigações	612.445,89	(88.660,03)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(40.830,19)	0,00
Resultado do exercício Ajustado	604.930,71	393.502,84
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(77.204,48)	(73.849,75)
Aquisição do Imobilizado	(91.196,14)	(73.849,75)
Baixa Venda de Bens do Ativo	12.174,03	0,00
Baixa de Investimentos	1.817,63	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	527.726,23	319.653,09
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e Equivalente de Caixa no início do período	1.178.826,88	859.173,79
Caixa e Equivalente de Caixa no fim do período	1.706.553,11	1.178.826,88
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	527.726,23	319.653,09



**ACOMPAN - Ação Comunitária Participativa
CNPJ: 92.925.726/0001**

Demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2019

**2.5 – Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2019**

(VALORES EM REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A ACOMPAN – AÇÃO COMUNITÁRIA PARTICIPATIVA, inscrita no CNPJ sob nº. 92.925.726/0001-53, é entidade sem fins lucrativos, de caráter de assistência social beneficente, voltado a programas de promoção social, assistencial, creche e educação infantil. É reconhecido como Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 08/04/1996, de Utilidade Pública Estadual conforme decreto de 1969 de 16/05/1969 e de Utilidade Pública Municipal conforme a Lei 7500 de 23/09/1994, estando registrado no Conselho Nacional de Assistência Social através de processo 267.604/68, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos concedido inicialmente pelo processo nº 00000.227032/1970-00, renovado pelo processo nº 71010.005161/2009-65, e tramitando o processo de renovação nº 71000.141739/2014-22. A certificação da entidade permanecera válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado, face o que determina art. 24, § 2º da Lei 12.101/2009.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades sem finalidades de lucro ITG 2002 e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução do CFC 1409/12.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Estão apresentados por numerário em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registrado pelo custo de aquisição, acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes: Os ativos e passivos circulantes estão sendo demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

c) Imobilizado: Os mobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de via útil, estimado dos bens.

d) Provisão para férias e encargos: as férias, bem como seus encargos, foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

e) As Receitas e as Despesas: Foram apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas são reconhecidas, respeitando todos os princípios contábeis.

f) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

g) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis, até o encerramento do exercício seguinte, são classificados como circulante.

NOTA 04 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO)

O ativo imobilizado da entidade é demonstrado ao custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas anuais de depreciação que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Demonstra-se a seguir, as variações ocorridas no imobilizado da entidade em 2019.

Descrição dos Bens	2018	2019		
	Residual	Aquisições	Depreciações	Residual
Móveis e Utensílios	182.240,45	13.116,50	(32.394,03)	162.962,92
Equip e Instalações	27.871,99	26.434,61	(2.985,52)	51.321,08
Equip. Informática	22.639,06	11.154,00	(7.345,13)	26.447,93
Veículos	45.493,13	28.317,00	1.408,61	75.218,74
Construções	258.920,93	0,00	0,00	258.920,93
Ampliação Núcleo II	268.009,96	0,00	(11.955,83)	256.054,13
Terreno	25.010,00	0,00	0,00	25.010,00
Imóveis	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
Equip. Informática – Vlr. Justo	(503,23)	0,00	(521,44)	(1.024,67)
Móv. Utensílios – Vlr. Justo	27,51	0,00	(9,34)	18,17
Veículos – Vlr. Justo	233,06	0,00	(115,66)	117,40
Redução Vlr. Recuperável	(6.105,69)	0,00	0,00	(6.105,69)
TOTAL	1.223.837,17	79.022,11	(53.918,34)	1.248.940,94

NOTA 05 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 06 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o



ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício, em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação.

NOTA 07 – RECURSOS

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Subvenções Municipais	3.020.818,11	3.290.786,60
Doações PJ	564.893,74	813.039,67
Doações PF	204.401,29	238.685,28
Receitas Financeiras	61.223,54	36.566,86
Outras Receitas	65.727,58	21.729,25
T O T A L	3.917.064,26	4.400.807,66

NOTA 08 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit ou déficit do exercício de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a ITG 2002-R1 especial no item 15 que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta a do Patrimônio Social.

NOTA 09 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A entidade é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

NOTA 10 – CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS

De acordo com a Resolução CFC nº 2015/ITG 2002 (R1), que trata das contribuições sem finalidade de lucro e as demais normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), mas não se evidencia o valor das contribuições (INSS e PIS) nas Contas de Resultados. Assim as isenções usufruídas pela instituição durante o exercício de 2019 e 2018 foram as seguintes:



	2019	2018
INSS	785.488,47	690.915,51
PIS	24.701,97	24.853,07
TOTAL	810.190,44	715.768,58

NOTA 11 – DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADE

A Entidade atua na atividade de Assistência Social com proteção social especial de baixa, média e alta complexidade, prestando serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e jovens, atividade de aprendizagem profissional (jovem aprendiz), capacitação para inserção no mercado de trabalho, serviço especial de abordagem social. Neste sentido em atendimento a Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07 exerceu suas atividades conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, executando suas ações e forma continuada, permanente, planejada e gratuita, aos usuários em situação de vulnerabilidade social e pessoal, no atendimento ao desenvolvimento dos seus objetivos institucionais. As atividades de Educação se referem ao Desenvolvimento de Educação Infantil como atividade secundária de creche e pré-escola, a partir de convênios firmados com o Poder Público Municipal, e os serviços educacionais são prestados de forma totalmente gratuitos, tendo ocorridos em **2019, 403** alunos matriculados com 100% de gratuidade